

elas possam ser reaproveitadas, então, teria um período específico que elas precisariam ficar. E com infraestrutura apropriada para essas médias e grandes embarcações para que depois ela possa ser reutilizada. Uma vez que, importante notar, não tem uma sincronia de descomissionar um FPSO, e no mesmo momento você ter um campo que está pronto para recebê-lo, ou mesmo a necessidade eventualmente de você fazer uma reforma, algum ajuste para que ele possa ser utilizado. Então, haveria necessidade de existirem essas áreas de fundeio para esses equipamentos.

E, por fim, a observância que esses serviços prestados s, tanto no mercado nacional quanto no mercado internacional, de desmantelamento e utilização dessas unidades já existe de maneira bastante ampla para maximizar as possibilidades de revenda desses ativos após a desativação. E o Estado do Rio de Janeiro, em parceria com o setor naval e de IP(?), a gente deveria discutir justamente a criação desse mercado.

Então, essas são as nossas principais mensagens que eu queria deixar aqui. Claramente, se não estivermos preparados para lidar com essas limitações, teremos dificuldade em desenvolver um mercado local para essa atividade.

Eu queria agradecer a oportunidade e obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Paulo) - Eu agradeço ao representante do IBP, Dr. Antônio Guimarães, e tendo em vista que vai ter que se ausentar, eu queria convidar o Secretário de Desenvolvimento Econômico do Estado do Rio de Janeiro, Marcelo Lopes da Silva, para fazer uso aqui da palavra.

O SR. MARCELO LOPES DA SILVA - Muito obrigado, Deputado, prazer em estar aqui nesse evento, cumprimento todos os participantes, estou vendo aqui Priscila, pessoal da minha Secretaria, prazer em revê-lo Antônio.

Bom, sabemos que é um grande desafio, e eu fiquei vendo aqui as apresentações, me lembraram algumas informações que eu tive, porque nós estamos tratando e buscando qual a contribuição que o Estado do Rio de Janeiro pode dar nessa área em relação ao Descomissionamento, sendo que, como bem destacado aqui, o mais importante é que a atividade dos campos seja explorada ao máximo antes que o Descomissionamento seja realizado.

Então, nós procuramos, já temos tido conversas com a ANP, estamos buscando também, aqui junto ao Inea, uma consolidação das normas estabelecidas para essa atividade, mas, no caso, acho que há soluções anteriores ao Descomissionamento como a cessão do campo ou a própria devolução para a ANP de forma que ocorra a oferta permanente. Mas não nego: não sendo possível, não sendo viável a cessão, não sendo mais possível até a devolução, o Descomissionamento é o mercado extremamente importante para a economia do Estado do Rio de Janeiro.

Como nós sabemos, temos vários estaleiros, estamos próximos a essas unidades, mas eu lembrei aqui de um vídeo que eu recebi justamente dessa operação na praia realizada na Índia: as pessoas amontoadas, o navio cortando cada um, do jeito que conseguimos, o pedaço que estivesse ao seu alcance, sem nenhum equipamento, vários navios, um do lado do outro, ancorados na praia. Fica difícil; fica difícil competir com esse regime. Ainda bem que a conscientização internacional está num patamar diferente do que tivemos anos atrás, e aqui no Estado do Rio de Janeiro esse potencial tem que ser explorado.

Nós estamos procurando conversar, nós tivemos uma reunião com o diretor, o Sr. Morelli, da ANP, justamente tratando desse assunto, mas nós temos que entender a intenção da Petrobras, termos uma aproximação maior com ela justamente para que essas unidades não sejam encaminhadas para a Ásia porque numa conclusão aqui que nós vimos, o que é bom, que é o Descomissionamento, vai para a Ásia; e o que é ruim, que é o coral-sol, vem da Ásia. É algo que a gente não pode deixar continuar a acontecendo, a gente tem que ter uma atuação.

Da parte do Estado, como eu disse, essa proximidade dos estaleiros às unidades aqui é um fator que nós precisamos incentivar, nós precisamos aproveitar, ao mesmo tempo, por parte do Estado, nós estamos aqui comprometidos na busca da segurança jurídica para que essa atividade seja realizada aqui, justamente a questão tributária, para que o regime do Repetro seja bem observado no momento do Descomissionamento, para que as questões ambientais também estejam bem ajustadas, para que não haja dúvidas, para que essa atividade possa ser aqui desenvolvida como já dito aqui o Estado do Rio de Janeiro é o terceiro maior mercado do Descomissionamento nesse momento, temos várias unidades aqui passíveis de serem abrangidas nessa atividade.

Então, aqui, falo pela Secretaria, temos todo o empenho que isso ocorra e seja aproveitado economicamente no Rio de Janeiro, estamos procurando esse diálogo com os órgãos, com as instituições, com as autarquias, com a ANP. Será importante essa interlocução também com o IBP, extremo conhecedor e representante aqui do mercado, para que a gente possa alinhar todas as medidas necessárias.

Coloco-me aqui à disposição, a minha equipe também. Já temos tido interlocuções com o setor e com os entes reguladores. Estamos aí avançando cada vez mais, mas é importante que tenhamos uma ação conjunta. Eu até invoco aqui o apoio, já tivemos uma conversa anteriormente falando sobre partilha. Vamos resgatar esse tema também, do Descomissionamento, e das outras atividades, para que a gente possa, sim, juntamente com o setor trazer esse benefício e favorecer a nossa indústria naval, a nossa tão importante atividade. Já teve o seu brilho, e pode ter o retorno com esse momento aqui que a gente tem esperado.

Deputado, agradeço a oportunidade de aqui deixar clara a intenção da Secretaria de contribuir com esse incremento da atividade, tão importante para o Rio de Janeiro. A gente precisa nesse momento de crise. Vou garantindo aqui que a minha fala fique restrita aos sete minutos para ajudar a que todos não fiquem muito tempo aqui na reunião. Mas coloco-me à disposição. Dr. Antônio Guimarães, eu já me comprometo a o convocar para uma reunião para a gente debater cada vez mais, porque eram setores ainda que eu não tinha conversado. E parabeno ao Deputado Luiz Paulo pela iniciativa, como sempre dando aqui um grande incentivo para resgatarmos a economia do Estado do Rio de Janeiro.

Agradeço a todos. Obrigado pela participação.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Paulo) - Obrigado, Secretário. Queria só dizer que essa audiência é uma audiência pública patrocinada pelas Comissões de Tributação, de Economia e de Meio Ambiente com os Presidentes se fazendo aqui presentes com as suas respectivas equipes. Queria convidar agora, dentro dos sete minutos, que o representante da Petrobras, Dr. Eduardo Hebert Zaccaron Gomes, fizesse a sua apresentação. Depois será a Priscila e depois eu abrirei para roda de comentários. Por favor, Dr. Eduardo Hebert Zaccaron Gomes.

O SR. EDUARDO HEBERT ZACCARON GOMES - Todos estão me ouvindo?

O SR. PRESIDENTE (Luiz Paulo) - Sim.

O SR. EDUARDO HEBERT ZACCARON GOMES - Bom, bom dia, Deputado, bom-dia a todos e a todas. Queria agradecer o convite. Como fui apresentado, sou Eduardo Zaccaron, eu sou Gerente-Geral de Descomissionamento da Petrobras, atuo nos Descomissionamentos, nos estudos, preparação e planejamento dos Descomissionamentos da empresa desde 2014. Então, aí um pouco mais de seis anos atuando e estudando bastante a área. Eu trouxe uma apresentação bem breve, aí dentro dos sete minutos, com certeza. Peço para que seja apresentado, então, por favor.

Bom, pode passar a apresentação, por favor. Próximo slide.

Eu trouxe aqui uma figura ilustrativa para mostrar um pouco o que o Antônio, o Juan já havia comentado, essa divisão da atividade de Descomissionamento nesses três grandes grupos: plataforma, sistema submarino e poços, deixando bem claro que são atividades que já têm um arcabouço regulatório existente, (não compreendido), claro, mas existente, e que todas as atividades são sempre precedidas de aprovação pela ANP, Marinha, Ibama, e atendendo sempre os requisitos regulatórios aplicáveis, e que tecnicamente, via de regra, a maior parte das atividades de Descomissionamento são atividades que já são cotidianamente executadas ao longo da vida da operação. Como o Antônio ressaltou, a parte de abandono de poços - não é o

termo usado -, Descomissionamento de poços acontece ao longo da vida. Limpeza de sistemas submarinos, substituição de dutos, quando necessário, isso também acontece periodicamente em momentos de manutenção. Então, algumas novidades, sim, a destinação final de plataformas é uma atividade específica, claro do Descomissionamento. E a Resolução 817, publicada agora em junho, depois de algum tempo de montagem em conjunto com a ANP, Marinha e Ibama, com contribuição do Ibama e da Marinha, regulamenta aí os ritos para a preparação, o planejamento e proposição dos projetos de Descomissionamento. Pode passar, por favor. Essas três etapas, então... Trouxe praticamente um slide para cada um dos três grupos. A destinação da plataforma varia muito, a depender do tipo de plataforma, e o Brasil tem a particularidade de ter praticamente todos os tipos de plataforma em sua costa, desde as plataformas fixas de lâmina d'água bastante rasa, em torno de quinze metros, até as unidades flutuantes, em lâmina d'água ultraprofunda, em torno de 1.500, 2.000 metros de profundidade. E aí a gente subdivide, então, em dois grandes grupos: as plataformas fixas, aquelas que são apoiadas diretamente no leito marinho, através de estruturas de suportação; e as plataformas flutuantes, essas que se dividem em (não compreendido) de alguns grupos, como as unidades semissubmersíveis, as unidades do tipo navio, mas destacando sempre, como o Antônio Moraes comentou, que todos os requisitos de segurança, de integridade, são mantidos, são regulados em todas as fases da vida da plataforma, de todo o sistema de produção, na verdade, inclusive durante e até o final do Descomissionamento.

Então, via de regra, essas plataformas chegam ao final de vida produtiva ainda em condições de integridade e condições operacionais para reaproveitamento, eventualmente com algum tipo de intervenção que possa ser necessário para reaproveitamento. Mas destaco o comentário do Secretário, que é bem claro. Na verdade, para a Petrobras, realmente o Descomissionamento é a última opção. A gente tem um foco muito grande em buscar soluções para continuidade operacional, para desenvolvimento complementar, inclusive no cenário de desinvestimento, quando a gente já não se torna o dono natural de algum tipo de ativo, e a gente encontra aí, como vem sendo, com bastante sucesso. Aconteceu nos últimos anos, enquanto oportunidade de que outros operadores continuem desenvolvendo e gerando riqueza para o país em campos que já não comportam tão bem o portfólio da Petrobras.

Pode passar, por favor.

E da outra parte, plataformas flutuantes, quando de fato já não tem mais alternativa, e ela tem que ser descomissionada, o objetivo é agilizar a saída da locação para eliminar qualquer tipo de risco inerente a qualquer operação *offshore*. Claro que os riscos são sempre medidos, monitorados, mitigados, mas, quando a gente consegue tirar a plataforma de lá, de fato é a melhor solução, o mais rápido possível, inclusive com (não compreendido) de custos operacionais. Então, a gente tem desenvolvido várias soluções para ter os projetos aprovados com a maior antecedência possível, de forma que a gente consiga acelerar a saída das plataformas quando elas já se encontram de fato em Descomissionamento. Isso é óbvio e precedido de todo um processo de limpeza do sistema submarino, um processo natural, que não tem grandes novidades. É uma atividade que já acontece ao longo da vida, assim como limpeza das plataformas, inclusive com remoção de alguns tipos de contaminantes, como o (não compreendido), que foi citado, que é um material radioativo de ocorrência natural, que é um agravado com o qual a indústria lida cotidianamente, com vários procedimentos, com todos os requisitos de segurança bem estabelecidos pela CNEN desde a identificação ao manejo, à remoção e o armazenamento temporário. Como o Antônio destacou bem, essas unidades via de regra têm potencial para serem reaproveitadas. A Petrobras busca oportunidades para reaproveitamento interno, mas eventualmente o portfólio de projetos da empresa, no momento, não tem compatibilidade técnica com as unidades que estão em Descomissionamento.

Então, a unidade de uma lâmina d'água menor via de regra não pode ser aplicada em lâminas d'água maiores, mas ainda tem oportunidade para serem reaproveitadas ou por outras empresas, inclusive nesses processos aí de continuidade operacional de campos marginais. E o Antônio destacou bem um ponto que eu também ponto aqui, que é a questão das condições, das condicionantes das premissas para a entrada das unidades e manejo do coral-sol encrustado nas unidades. Hoje é um ponto que eu destaco como importante para que seja dada mais previsibilidade aos projetos. E, com isso, por consequência, haja maior competitividade no mercado local, porque, de fato, como eu disse aqui, as unidades chegam ao fim da vida operacional dos campos ainda com potencial.

Então, ainda com certificado de classe ativo, com bandeira ativa, então de fato eu vejo ainda um potencial mercado de reaproveitamento de unidades em Descomissionamento. O que hoje se encontra em Descomissionamento no Brasil é bastante promissor, e essa é uma questão que realmente é importante estar endereçada, porque é um requisito que é apresentado ao Ibama, ANP e Marinha quando da proposição da alternativa de projeto de Descomissionamento. Pode passar, por favor, que eu pretendo passar aqui no escopo. Para as unidades fixas, também breve, há várias alternativas, desde a remoção total até reaproveitamento em outros usos ou remoção parcial. Isso basicamente tem encontrado bastante quórum, eles todos mostrando potenciais benefícios para a retenção de (não compreendido), da remoção parcial ou não remoção. É uma questão que a gente tem visto aí, o Ibama. Endereçamos já, desde a revogação da (não compreendido) ativa de resíduos artificiais, a preparação de uma instrução nova, e a gente está também realizando alguns estudos e buscando referências internacionais, está alguns aí na tela, para que a gente, quando chegar o momento das unidades fixas, a gente tenha as melhores proposições em tela.

Pode passar.

A parte de poço, como foi destacado, de fato é a parte onde está a maior demanda de recurso. É o maior investimento em Descomissionamento, e é uma atividade que possui um largo histórico operacional, tem um mercado fornecedor bem estabelecido no mundo como um todo. (Não compreendido) tem aí mais de centena de poços como Descomissionamento, (não compreendido) realizado. E basicamente é também uma atividade importante do ponto de vista ambiental e constitui aí um principal objetivo: prover as barreiras permanentes para isolamento dos reservatórios. É um processo regulado, por a gente ter uma Resolução moderna, recente, 2016, e guarda sinergia com as melhores práticas da indústria e que viabiliza aí e incentiva, até de certa forma, o desenvolvimento de tecnologias. E é nisso que a Petrobras tem focado do ponto de vista de buscar soluções tecnológicas para melhorar o desempenho de (não compreendido). E, chegando ao meu último slide...

Pode passar.

Da parte de sistema submarino é a questão mais incipiente no mundo. A tomada de decisão, por remover ou não remover um duto submarino. E as metodologias mundiais estão sendo adaptadas para o Brasil com dois grandes estudos. Um com (não compreendido), junto com várias empresas, e um Termo de Cooperação entre a Petrobras e a UFRJ. E avalia dezenas de variáveis basicamente agrupadas aí nos aspectos de segurança, ambiental, social, técnico e econômico. Muitos estudos já têm apontado de forma geral, de forma global, pontuando todos esses itens à não remoção dos componentes. Tem se apontado aí como uma boa solução, às vezes melhor até do ponto de vista ambiental. E é algo que a gente tem investido bastante em estudo, em ciência, nesse assunto, para que a tomada de decisão seja embasada em dados mais certos possível aí, com embasamento científico. E...

Pode dar o último clique.

Também tem uma relevância socioeconômica, especialmente do ponto de vista de projetos em campos marginais, de desenvolvimento complementar. Os custos do Descomissionamento são significativos. Eles podem acabar inibindo alguns investimentos de instalação em campos marginais para complemento e produção. Então, é um ponto que a gente tem que continuar botando o esforço científico aí nesse assunto. E, com isso, eu termino a minha apresentação.

Já é o slide final. Agradecer mais uma vez aí o convite. Muito obrigado, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Paulo) - Obrigado, Dr. Eduardo Zaccaron, representando aqui a Petrobras.

De imediato...

O SR. MAURO OSÓRIO - Pedir para você me inscrever, Deputado, por favor. Desculpe ter te interrompido.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Paulo) - A fila é grande. Depois de meio-dia e meia, tu vais falar, Mauro.

Eu queria de imediato chamar a Priscila para fazer a apresentação da Secretaria de Fazenda. Dra. Priscila Sakalem.

A SRA. PRISCILA SAKALEM - Muito obrigada, Deputado. Bom-dia a todos. Gostaria de, primeiramente, agradecer o honroso convite para essa iniciativa às Comissões da Alerj e cumprimentar os Parlamentares presentes, na pessoa do Deputado Luiz Paulo; cumprimentar também a minha querida Geiza, do Fórum de Desenvolvimento da Alerj, e os demais presentes da sociedade civil organizada, da academia; e mencionar que a gente está aqui também em nome da Secretaria de Fazenda, representados também pela Beatriz Guerreiro, que é a nossa auditora chefe da auditoria especializada de petróleo e gás.

E, já passando, pedir para projetar aí a nossa apresentação, da Secretaria de Fazenda, por gentileza. Bom, senhores, essa é uma fase muito incipiente do Descomissionamento dessa movimentação, a gente pode chamar, então, dessa atividade. E como Secretaria de Fazenda a gente tem pleno conhecimento de que nós somos uma Secretaria de apoio. Então, estamos aqui - eu queria pedir para passar para próximo slide, se pudesse também visualizar a apresentação no modo de apresentação, tela cheia, eu acho. Isso.

Bom, então, enquanto Secretaria de Fazenda, a gente ouviu aí os que nos antecederam mencionar o que o Secretário de Desenvolvimento Marcelo Lopes falou sobre a segurança jurídica. A gente, aqui, na parte de Secretaria de Fazenda também tem essa função de viabilizar que os Descomissionamentos aconteçam dentro da legalidade. O representante da Petrobras mencionou aí que os Descomissionamentos já são executados após a aprovação da ANP, da Marinha e do Ibama; e, também o Antônio, do IBP, falou de uma questão que até não tínhamos parado para pensar: a questão lá da apicultura, da piscicultura, tudo relacionado a esse Descomissionamento.

Então, onde é que entra o papel da Secretaria de Fazenda? Como eu falei, no apoio da segurança jurídica, na viabilização dos Descomissionamentos e dentro da legalidade. Nós separamos aqui, para alguns equipamentos, é importante a gente mencionar que o Repetro antigo se encerra no dia 31/12 desse ano. Então, ainda que não descomissionados, ou, desculpa, que sejam, não é? que estejam previstos aí dentro das 21 ou 16 estruturas já previstas para descomissionar, que já foram apresentadas até para a ANP. O que a gente tem aqui é que mencionar aqui: os bens que estão sujeitos tanto ao Repetro antigo, ou aqueles que não têm regime específico precisarão sofrer um tratamento até dia 31/12/2020, porque o Repetro antigo vai se extinguir e os bens sem regime específico terão que sofrer um tratamento. E, para isso, a Secretaria menciona que já foi publicada uma Resolução da Sefaz, que é essa de nº 169/2020, que traz um procedimento simplificado de migração dos bens. Então, os bens que serão ou não descomissionados, se isso for acontecer para 2021, de toda sorte deverão migrar para o novo regime do Repetro-Sped. Pode passar, por gentileza.

Bom, e, aí, a gente pensando aqui, acho que até corroborando o que já foi dito anteriormente, a gente tem aqui como vislumbrar alguns tratamentos que na vida real os bens sofrerão. Ou ele vai permanecer no mar - e aí, a gente tem uma infinidade de questões regulatórias e ambientais para serem solucionadas ou serem tratadas - e, aí, a Secretaria de Fazenda fica aqui de *stand-by* para regulamentar de alguma forma se for pertinente esses bens que vão permanecer no mar. O bem vai sair: a ele vai ser dada a destinação de sucata. Já temos uma Legislação no Estado do Rio de Janeiro que dá tratamento tributário à sucata, mas estamos abertos junto com o Parlamento e a Secretaria de Desenvolvimento para um eventual tratamento tributário novo, até em razão da importância e da grandeza da indústria do mercado de petróleo no nosso Estado. E o bem vai ser um bem. Ele vai ter uma nova destinação. E, aí, também já temos legislação que prevê o tratamento tributário para um bem, quando ele tem saída, ainda que seja no âmbito de Repetro.

Pode passar, por gentileza.

Bom, e aí a gente já se encaminha para o final, porque, como eu falei, a Secretaria de Fazenda é uma Secretaria de apoio. A gente depende dos atos da vida real, das determinações regulatórias e ambientais, da Marinha também e agora essas questões agro, para que possamos regulamentar sejam obrigações acessórias, sejam como nós vamos nos comunicar para ficarmos sabendo que os Descomissionamentos serão realizados.

E aí, dentro desse universo, teremos as sucatas, os bens que permanecerão no mar e os bens aos quais serão dadas as destinações. E é isso.

Passando já para o final, a gente está à disposição do Estado do Rio de Janeiro, do setor do mercado, em conjunto aí com a Secretaria de Desenvolvimento. Também para a gente apoiar, trazer segurança jurídica e também regulamentar o que não estiver regulamentado quanto a este assunto.

Como eu falei, a discussão é insipiente, mas parabeno a iniciativa do parlamento de já trazer essa questão para a mesa. Por que a gente tem ouvido aí que os investimentos serão grandes e haverá também geração de emprego e renda, que é tudo que a gente está precisando para o nosso Estado ter uma retomada econômica. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Paulo) - Obrigado, Dra. Priscila Sakalem, principalmente porque foi a primeira a ficar nos seus sete minutos.

Eu vou convidar agora o professor Marcelo Igor Lourenço de Souza, que é professor da Coppe, do curso de Engenharia Naval e Oceanica, que está inscrito para fazer uso da palavra. Dr. Marcelo, a palavra é sua por no máximo sete minutos, por favor.

O SR. MARCELO IGOR LOURENÇO DE SOUZA - Bom, obrigado. Bom-dia a todos. Só queria acrescentar, fazer um relato aqui a respeito do trabalho que a universidade vem fazendo. A gente, como disse o Zaccaron, tem na universidade um trabalho de pesquisa específico para área de sistemas submarinos de produção. Existe, quando se olha para bacias petrolíferas fora do Brasil, uma diferença bem significativa entre a produção de petróleo fora do Brasil e aqui no Brasil no que diz respeito a sistema submarinos de produção.

Fora do Brasil, prevalece um modelo de desenvolvimento em que o arranjo submarino é muito focado na presença de plataformas e menos intensivo no uso de equipamentos submarinos. No Brasil, esse diferencial traz a necessidade do desenvolvimento de pesquisas específicas para essa área e esse é o trabalho que a gente vem desenvolvendo na UFRJ.

No sentido de fornecer, tanto para os órgãos reguladores como também para as operadoras de petróleo, uma metodologia que possa ser utilizada com foco nesses equipamentos e que busque então uma metodologia robusta de análise comparativa, que permita à sociedade entender qual a melhor alternativa para se fazer o Descomissionamento dessas estruturas.

Então, como mostraram os outros apresentadores, esses sistemas submarinos são complexos, eles têm equipamentos diferentes. A gente vê a presença de dutos rígidos, que basicamente são dutos de aço. A gente nota a presença de dutos flexíveis que têm diferentes tipos de materiais, incluindo polímeros de engenharia, que são materiais que têm uma possibilidade de degradação diferente dos materiais com aço. E a gente nota equipamentos pontuais, que basicamente são equipamentos constituídos de aço.

Então, dada essa grande variedade e quantidade de equipamentos, a busca nossa, na academia, é projeto uma metodologia que permita à sociedade identificar quais são os benefícios e malefícios de cada alternativa dos Descomissionamentos.

Então, este tem sido o nosso papel de pesquisa: de fornecer uma metodologia multicritério, que olhe esses aspectos levantados nas apresentações anteriores relativos a não só à questão de preservação ambiental, de análise dos impactos ambientais causados pelas diferentes alternativas de Descomissionamento, como também a questão de geração de empregos, a questão econômica, de custo disso